

**CONSPIRACIONISMO ELEITORAL NO YOUTUBE: DISPUTA DE
ENQUADRAMENTOS SOBRE URNAS ELETRÔNICAS PELA BRASIL PARALELO*****CONSPIRACIONISMO ELECTORAL EN YOUTUBE: DISPUTA SOBRE EL
ENCUADRAMIENTO DE LAS URNAS ELECTRONICAS POR BRASIL PARALELO******ELECTORAL CONSPIRACISM ON YOUTUBE: DISPUTE OVER THE FRAMING OF
ELECTRONIC VOTING MACHINES BY BRASIL PARALELO***André FURLANI¹
e-mail: andresampfurlani@gmail.com**Como referenciar este artigo:**

FURLANI, André. Conspiracionismo eleitoral no Youtube: disputa de enquadramentos sobre urnas eletrônicas pela Brasil Paralelo. *Rev. Cadernos de Campo*, Araraquara, v. 25, n. esp. 1, e025004. e-ISSN: 2359-2419. DOI: 10.47284/cdc.v25iesp1.19672



- | Submetido em: 18/09/2024
- | Revisões requeridas em: 11/01/2025
- | Aprovado em: 14/06/2025
- | Publicado em: 12/09/2025

Editores: Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Me. Paulo José de Carvalho Moura
Profa. Me. Luana Estela Di Pires
Prof. Me. Lucas Barbosa de Santana
Prof. Me. Maurício Miotti

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte - MG - Brasil. Mestre em Ciência Política pela UFMG.

RESUMO: O artigo analisa o documentário *Dossiê Urnas Eletrônicas*, lançado pela Brasil Paralelo às vésperas do segundo turno de 2018, caracterizado como teoria conspiratória. O estudo utiliza referenciais sobre desinformação, teorias conspiratórias, pós-verdade e o histórico das urnas eletrônicas para examinar como a produtora enquadrou o debate em dois frames principais: (in)confiabilidade técnica e (anti)democracia. A análise identifica processos de seleção, saliência e omissão, bem como estratégias de reorganização cognitiva que reforçam uma atmosfera conspiratória. Conclui que a Brasil Paralelo contribuiu para a crise da democracia e o cenário de pós-verdade ao estimular desconfiança no sistema eleitoral, apropriar-se de críticas técnicas às urnas, reforçar a lógica de amigos versus inimigos alinhada ao bolsonarismo e omitir fatos relevantes do contexto político.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil Paralelo. Urnas eletrônicas. Enquadramento. Teoria conspiratória. Pós-verdade.

RESUMEN: Este artículo analiza el documental *Dossiê Urnas Electrónicas*, lanzado por Brasil Paralelo en vísperas de la segunda vuelta de las elecciones de 2018, caracterizado como una teoría conspirativa. El estudio se basa en referencias sobre desinformación, teorías conspirativas, posverdad y el contexto histórico de las urnas electrónicas para examinar cómo la productora enmarcó el debate a través de dos perspectivas principales: (in)fiabilidad técnica y (anti)democracia. El análisis identifica procesos de selección, prominencia y omisión, así como estrategias de reorganización cognitiva que refuerzan una atmósfera conspirativa. Se concluye que Brasil Paralelo contribuyó a la crisis democrática y al escenario de posverdad al fomentar la desconfianza en el sistema electoral, apropiarse de críticas técnicas a las urnas, reforzar la lógica de amigos versus enemigos alineada con el bolsonarismo y omitir hechos relevantes del contexto político.

PALABRAS CLAVE: Brasil Paralelo. Urnas electrónicas. Encuadre. Teoría de la conspiración. Posverdad.

ABSTRACT: This article examines the documentary *Dossiê Urnas Eletrônicas*, released by Brasil Paralelo on the eve of the 2018 presidential runoff, which can be characterized as a conspiracy theory. The study draws on literature on misinformation, conspiracy theories, post-truth, and the historical context of electronic voting machines to investigate how the producer framed the debate through two main lenses: technical (un)reliability and (anti)democracy. The analysis identifies processes of selection, salience, and omission, as well as cognitive reframing strategies that reinforce a conspiratorial atmosphere. The study concludes that Brasil Paralelo contributed to the democratic crisis and the post-truth environment by fostering distrust in the electoral system, appropriating technical criticisms of electronic voting, reinforcing an in-group versus out-group logic aligned with Bolsonarism, and omitting significant political facts.

KEYWORDS: Brasil Paralelo. Electronic voting machines. Framing. Conspiracy theory. Post-truth.



Introdução

A crise da democracia liberal, em concomitância com a ascensão de uma esfera pública mediada pelas redes sociais, tem sido um tema de grande atenção nos últimos anos (Runciman, 2018; Mounk, 2019; Empoli, 2019). As preocupações giram em torno de questões como a disseminação de desinformação, notícias fraudulentas e teorias da conspiração (Dourado, 2020; Piaia, 2021; Aggio, 2021; Mendonça *et al.*, 2023), a economia da atenção como propulsora de um regime de pós-verdade (Harsin, 2015) e as câmaras de eco (Sunstein, 2017), que afastam grupos sociais de verdades compartilhadas e contribuem para a formação de uma esfera pública tribalizada (Mendonça; Aggio, 2023). A somatória desses fatores tem consequências sobre a opinião pública, que se polarizou e se calcificou em grupos ideológicos aparentemente inconciliáveis (Nunes; Traumann, 2023).

O aprofundamento da crise da democracia no Brasil esteve diretamente relacionado a essa expressiva mudança da esfera pública, acompanhada de novas estratégias de propaganda política. Esse processo teve como marco as manifestações multitudinárias de junho de 2013, mobilizadas a partir do Facebook, as quais abalaram profundamente a política institucional (Nobre, 2022). Após o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula da Silva, a vitória eleitoral de Bolsonaro tornou-se um símbolo expressivo da fragilidade da democracia brasileira, uma vez que ele se elegeu com uma postura antipolítica, tratando a ditadura militar sob um prisma de positividade (Avritzer, 2019), bem como por utilizar uma linguagem não apenas populista, mas violenta, em relação a seus adversários, desrespeitando preceitos constitucionais. Além disso, a ascensão de Bolsonaro foi marcada por uma ocupação cada vez maior do ambiente digital por atores conservadores e reacionários, que, direta ou indiretamente, corroboravam seus ideais autoritários, com destaque especial para a produtora Brasil Paralelo².

Para além de sua agressividade típica, um aspecto importante do discurso de Bolsonaro, já evidente nos anos que precederam sua eleição, foi o ataque à urna eletrônica. Historicamente aprovada por ampla parcela da população brasileira (Tavares; Moreira, 2011) e tida como tecnologia fundamental para a consolidação democrática (Carvalho, 2021), a urna eletrônica passou a ser tema de acaloradas discussões políticas após as eleições de 2014, devido à não aceitação do resultado eleitoral pelo Partido da Social Democracia Brasileira e à proposta de

² A Brasil Paralelo é uma produtora de materiais audiovisuais, principalmente documentários com viés ideológico reacionário e, recorrentemente, conspiratório. Embora não se declare diretamente associada ao bolsonarismo, reforça discursos comuns ao construir narrativas estruturadas para justificar posicionamentos típicos da extrema direita.



impressão dos votos por Bolsonaro por meio de um artigo complementar à Lei n.º 13.165/15, popularmente conhecida como “minirreforma eleitoral”, em 2015. Percebe-se, ao longo dos anos seguintes, o surgimento de uma campanha de desinformação nas redes sociais que visava à produção de desconfiança em relação ao artefato responsável por agregar as preferências eleitorais, com um expressivo pico de postagens durante o período eleitoral de 2018 (Ruediger *et al.*, 2020).

Nesse mesmo ano, às vésperas do segundo turno das eleições, a produtora Brasil Paralelo publicou, em seu canal do YouTube, o vídeo *Dossiê Urnas Eletrônicas*³. Sua abordagem, a ser analisada neste artigo, chama atenção não apenas pelos aspectos desinformativos em si, mas por consolidar uma narrativa conspiratória contrária às urnas eletrônicas que sequestra argumentos tecnocientíficos, disputando enquadramentos até então bem estabelecidos e pacificados em meio à opinião pública. A teoria conspiratória sobre urnas eletrônicas fraudadas foi reforçada ao longo do governo de Bolsonaro, com participação das Forças Armadas, e utilizada como forma de legitimar uma tentativa de golpe de Estado entre 2022 e 2023, quando Bolsonaro foi derrotado por Lula da Silva em sua tentativa de reeleição (Furlani, 2024).

Neste artigo, propõe-se uma análise de enquadramento (Entman, 1993; Mendonça; Simões, 2012) do documentário *Dossiê Urnas Eletrônicas*, com o objetivo de entender como a produtora Brasil Paralelo aborda a temática das urnas eletrônicas em um momento histórico marcado pela crise da democracia e pela ascensão do bolsonarismo. A análise se dá por meio da identificação de quais elementos são selecionados e ganham saliência em meio à narrativa, bem como quais elementos são omitidos. No entanto, serão retomadas, em primeiro lugar, discussões sobre desinformação on-line, teorias conspiratórias e pós-verdade. Logo após, apresenta-se um panorama sobre o debate técnico e político em torno das urnas eletrônicas, que precedeu a campanha de desinformação sobre o artefato. Também será apresentada uma breve caracterização da produtora Brasil Paralelo e, por fim, a análise do documentário a partir da disputa de dois *frames* acerca da temática das urnas eletrônicas: “(in)confiabilidade técnica” e “(anti)democracia”.

³ O referido documentário foi retirado das plataformas digitais, provavelmente por ordem judicial do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas, posteriormente, foi repostado por outros canais e baixado por mim para fins de análise e pesquisa. Atualmente, ele não se encontra mais disponível no YouTube.



Desinformação, teorias conspiratórias e pós-verdade

Em 2016, o termo *pós-verdade* ganhou destaque ao ser escolhido como a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. Segundo o dicionário, o verbete significa “relativo a ou que denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influenciadores na formação da opinião pública do que apelos à emoção ou à crença pessoal” (Winner, 2016). A escolha do termo ocorreu no contexto da eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos da América, e da vitória do Brexit, no Reino Unido. Ambos os processos foram marcados pelo emprego de novas técnicas de propaganda política nas redes sociais, baseadas em estratégias de *microtargeting* e desinformação⁴. De acordo com Harsin (2018), pode-se entender a pós-verdade como uma quebra de confiança social, que se apresenta principalmente na desconfiança em relação aos veículos de mídia, em especial o jornalismo, até então tido como a principal instituição enunciadora da verdade popular.

O tema das *fake news* e da desinformação ganhou destaque nos estudos sobre comunicação política durante os últimos anos (Dourado, 2020; Piaia, 2021; Mendonça *et al.*, 2023). Não que mentiras não fossem utilizadas anteriormente na política, mas a nova esfera pública, mediada por algoritmos de redes sociais, tem ampliado o alcance de narrativas falaciosas que apelam para a mobilização de afetos e emoções. Além disso, a lógica das plataformas, baseada na *economia da atenção* e na personalização de conteúdos, tem produzido *bolhas ideológicas*, ou “câmaras de eco” (Sunstein, 2017), que fazem com que diferentes indivíduos tenham acesso a interpretações completamente díspares sobre o mundo que compartilham, potencializando o efeito das notícias falsas. No que diz respeito ao YouTube, pesquisas indicam que sua recomendação algorítmica leva à radicalização dos usuários (Ribeiro *et al.*, 2020). Esse cenário, que também tem sido nomeado por alguns como *crise epistêmica* (Benkler *et al.*, 2018; Mendonça; Bernardes, 2022), gera efeitos negativos sobre a estabilidade das democracias, estando relacionado à emergência de populistas autoritários e à redução da confiança cidadã nas instituições políticas (Runciman, 2018; Mounk, 2019; Empoli, 2019).

No caso do debate sobre as urnas eletrônicas brasileiras, Ruediger *et al.* (2020) notaram um significativo aumento das postagens no Facebook e no YouTube sobre desconfiança no

⁴ Houve, ao longo dos anos seguintes, um escândalo em torno da atuação da empresa Cambridge Analytica, contratada para as campanhas de Trump e do Brexit. A empresa, a partir de dados obtidos por meio do Facebook, determinava perfis de eleitores e enviava conteúdos específicos, recorrentemente falsos, para mobilizá-los politicamente. O termo *microtargeting* refere-se a essa estratégia de personalização de conteúdos políticos, em contraste com a, até então, usual comunicação de massas.



sistema eleitoral brasileiro entre 2014 e 2020, com um pico expressivo no ano de 2018. Ao longo de todo o período analisado, foram contabilizadas 16.107.846 interações com esse tipo de conteúdo no Facebook e 23.807.390 visualizações de vídeos no YouTube. Em 2018, mesmo ano em que foi publicado o *Dossiê Urnas Eletrônicas* da Brasil Paralelo, foram postados 534 vídeos sobre desconfiança eleitoral no YouTube.

Os vídeos do YouTube e as postagens do Facebook analisados, que variam entre notícias fabricadas e informações descontextualizadas, são descritos por Ruediger *et al.* (2020) como um exemplo de *pânico moral informacional*, conceito empregado por Stanley Cohen (2011) para pensar as “ansiedades públicas desencadeadas pela percepção de ameaça a valores e aos interesses da sociedade, ativadas pela cobertura dos *media de massa*” (Ruediger *et al.*, 2020, p. 8). No entanto, segundo os autores, a disseminação de tais conteúdos nas mídias digitais seria uma ampliação do pânico moral informacional, agora adaptado a uma esfera pública baseada em interações nas redes sociais.

No que diz respeito ao objeto deste estudo, ou seja, o documentário *Dossiê Urnas Eletrônicas* da produtora Brasil Paralelo, acredita-se que o conceito de *teoria conspiratória* é bastante frutífero. Teoria conspiratória é definida por Uscinski (2020) como uma narrativa que busca explicar eventos passados, presentes ou futuros com base na ideia de que grupos poderosos agem em segredo contra o bem comum. Teorias conspiratórias podem ser verdadeiras ou falsas, mas invariavelmente vão contra as explicações de autoridades epistêmicas estabelecidas, tais como a ciência e o jornalismo. Além disso, teóricos da conspiração, recorrentemente, acusam tais autoridades epistêmicas de estarem escondendo “a verdade”. Nesse sentido, depreende-se que as teorias conspiratórias possuem duas dimensões conceituais fundamentais: uma política e outra epistemológica. Política, porque sempre estão a endereçar alguma forma de assimetria de poder, seja ela real ou fantasiosa; e epistemológica, porque, pelo menos no plano individual, a adesão a teorias conspiratórias é movida por uma vontade, recorrentemente genuína, de encontrar a verdade. Compreender a dimensão conspiratória do que se tem chamado de *fake news* ou desinformação é fundamental, pois as teorias da conspiração são as narrativas que embasam e conferem sentido interpretativo às mentiras e informações descontextualizadas que mobilizam a opinião pública na contemporaneidade (Aggio, 2021).

A popularidade dos conspiracionismos é impulsionada pelas interações nas redes sociais, pois estas possibilitam a formação de comunidades em torno dessas crenças em comum, as quais se reforçam umas às outras e encontram ressonância na retórica dos populismos



(Cesarino, 2022). Populismo e conspiracionismo operam por meio de estruturas retóricas dualistas e similares. Enquanto o primeiro mobiliza a ideia de um “povo puro” contra uma “elite má” ou “corrupta”, o segundo identifica a causa primária de problemas sociais na ação de elites ou grupos supostamente poderosos que tramam em segredo. Em meio a conflitos de narrativas que mobilizam afetos negativos, perde-se coesão social e aumenta a polarização.

Em termos mais amplos, Harsin (2015) afirma que estamos na transição de um regime de verdade para um regime de pós-verdade. Como já afirmava Foucault (2019), a verdade é fruto deste mundo e historicamente situada. Sua produção é fundada em discursos e aparatos por meio dos quais determinados conhecimentos são produzidos e legitimados. Se, há pouco tempo, a verdade era estabelecida por meio de discursos científicos e instituições típicas de uma sociedade disciplinar, como a escola, a universidade e a mídia de massas, agora ela passa necessariamente por novas formas de produção, interpretação e difusão, típicas da plataformização. Na dinâmica das sociedades de controle (Deleuze, 2000), atores políticos e econômicos abastados mobilizam “liberdades” e simulacros de participação política para disputar a verdade e, consequentemente, o poder. O principal sintoma do regime de pós-verdade, para Harsin, é a proliferação dos *mercados da verdade*⁵, os quais podem ser percebidos nos atuais embates políticos nas redes sociais, mas também em pesquisas encomendadas por *lobbies*, como no caso da indústria do cigarro ou do petróleo, para a fabricação de falsas controvérsias (Oreskes; Conway, 2011; Rajão *et al.*, 2022).

Teorizando a partir dos apontamentos de Harsin (2015), Letícia Cesarino (2021) afirma que, à medida que avança a crise de confiança em sistemas peritos, dos quais o sistema eletrônico de votação brasileiro é um exemplo, três *estratégias de reorganização cognitiva* têm emergido. Em primeiro lugar, o recurso às experiências pessoais e aos sentidos imediatos. Em meio às várias reivindicações de verdade presentes nas redes, ganha força a lógica do “aqui e agora” e do “ver para crer”. Em segundo lugar, o uso de elos causais ocultos, mobilizados para concatenar fatos reais a “fatos alternativos” e construir narrativas e teorias convincentes, recorrentemente conspiratórias, que apelam à mobilização de ansiedades sociais. Por fim, a posição que se ocupa em relação à fronteira amigo-inimigo, que, em uma sociedade polarizada, é fundamental para a percepção da verdade.

Como veremos, tais estratégias se fazem presentes no documentário a ser analisado. Antes, no entanto, busca-se compreender brevemente o debate sobre o sistema eletrônico de

⁵ No original em inglês: *truth markets*.



votação que, apesar de ter gozado de ampla aceitação popular por mais de uma década, também foi alvo de críticas ao longo dos anos.

Urna eletrônica: do debate ao conspiracionismo

Em um país historicamente marcado por interrupções democráticas e fraudes eleitorais, a urna eletrônica tem papel destacado para a estabilização da democracia na Nova República (Nicolau, 2012; Carvalho, 2021). Além de pacificar disputas em torno da contabilização dos votos por mais de uma década em meio à opinião pública, a urna eletrônica ainda foi responsável por ampliar a participação cidadã, facilitando o ato de votar aos analfabetos e deficientes visuais, por exemplo. De acordo com Gastaldi e Rosendo (2012), sua implementação também gerou mudanças no comportamento político: votos nulos e brancos foram reduzidos significativamente e tornou-se mais difícil para que candidatos “nanicos” ganhassem expressão.

Sob uma perspectiva sociotécnica, a urna eletrônica pode ser considerada um artefato inherentemente político (Winner, 1980), na medida em que é uma tecnologia central para o funcionamento das eleições e da democracia brasileira. Tal como outros artefatos tecnológicos, seu projeto foi constituído em meio a disputas, e a definição de seu desenho tecnológico, ao coordenar a democracia brasileira, gera efeitos sobre a sociedade e a política. Por mais que estejamos acostumados a pensar a urna eletrônica em sua importância para a estabilização do processo eleitoral no Brasil, há que se contextualizar o debate técnico realizado em torno de seu projeto (Carvalho, 2021; Machado; Oliveira, 2021; Aranha *et al.*, 2013; Aranha *et al.*, 2018; Graaf, 2017), para, enfim, compreender as disputas discursivas (Vinhos; Prates, 2020; Rosa; Bianco, 2022) realizadas já em um ambiente saturado de desinformação sobre fraude eleitoral (Ruediger *et al.*, 2020).

O debate sobre a urna eletrônica, em especial a controvérsia em torno da impressão do voto, é tão antigo quanto a própria máquina de votar⁶. De fato, o caso do Brasil, que realiza

⁶ As eleições de 2002 são exemplares nesse sentido. Com as urnas eletrônicas plenamente implementadas no território nacional, foi testado, no mesmo ano, em uma parcela dos aparelhos, o Módulo de Impressão Externo. Enquanto o TSE comprehendeu que o aparelho trouxe mais prejuízos que benefícios (TSE, 2003), a Sociedade Brasileira de Computação reconheceu os problemas, mas reafirmou, em relatório (Graaf; Custódio, 2002), a importância da impressão do voto para fins de transparência e auditabilidade das eleições.



eleições totalmente mediadas por tecnologia eletrônica, é uma excepcionalidade⁷. No entanto, há quem tenha apresentado ressalvas e críticas ao projeto da urna eletrônica, em especial alguns cientistas da computação que se engajaram no debate sobre o sistema eleitoral.

O debate, que já se desdobrou em várias frentes⁸, pode ser compreendido da seguinte maneira. Por um lado, há os que defendem o projeto da urna eletrônica por ter sido decisivo para a abolição das fraudes tão frequentes decorrentes da contagem de cédulas de papel, garantindo estabilidade até então desconhecida (Nicolau, 2012; Gastaldi; Rosendo, 2012; Carvalho, 2021; Tavares; Moreira, 2011; Machado; Oliveira, 2021). A tecnologia eleitoral, constituída em torno da urna eletrônica, também teria garantido maior eficiência e inclusividade para as eleições brasileiras, ampliando a participação social (Carvalho, 2021; Nicolau, 2012).

Por outro lado, seus críticos não negam que as urnas eletrônicas foram um avanço, mas apontam para o caráter pouco transparente e os níveis insuficientes de auditabilidade do *software* (Aranha *et al.*, 2013; Aranha *et al.*, 2018; Graaf, 2017; Marcacini; Barreto Jr., 2019; Ferrão *et al.*, 2019). Para tais especialistas, alguns dos quais, inclusive, participaram dos Testes Públicos de Segurança (Aranha *et al.*, 2013; Aranha *et al.*, 2018), o principal problema das urnas eletrônicas é o fato de estarem sustentadas em um projeto de “segurança por obscuridade”, no qual apenas o TSE tem conhecimento completo sobre a funcionalidade do sistema, sendo a urna eletrônica, portanto, para a maior parte da população, uma “caixa-preta” (Graaf, 2017). As críticas de tais cientistas da computação parecem ecoar valores de abertura e liberdade da informação sustentados pelo universo do *hacking* e suas disputas sobre a conformação da internet ao final do século XX e início dos anos 2000 (Himanen; Torvalds, 2001).

Embora a corte eleitoral e o STF não tenham cedido à proposta de impressão do voto, tais críticas contribuíram para a atualização de medidas que visam à transparência do processo eleitoral. A respeito desse processo de atualizações, Santano (2022) realiza uma interessante análise sobre a proposta de impressão do voto à luz de conceitos próprios da implementação de políticas públicas. A autora conclui apontando para o fato de que só se poderia avançar rumo a

⁷ Ver o estudo realizado pelo International Institute for Democracy and Electoral Assistance, disponibilizado de forma interativa no link: https://www.idea.int/data-tools/data/question?question_id=9349&database_theme=327.

⁸ A impressão do voto já foi tema de debates no Congresso Nacional pelo menos quatro vezes. As três primeiras resultaram em sua aprovação, em 2002, 2009 e 2015. Tais medidas foram barradas pelo STF ou vetadas pela Presidência da República sob orientação da Corte. Em 2021, durante a votação da PEC 135/19, a proposta de impressão do voto foi rejeitada pela Câmara dos Deputados. No entanto, mais pesquisas são necessárias para sistematizar todo o debate já ocorrido sobre o tema.



uma mudança na tecnologia eleitoral se houvesse certeza de que não haveria retrocesso em aspectos já conquistados em termos de segurança eleitoral. Nesse sentido, muitas das medidas de auditabilidade adotadas ao longo dos anos se justificam, mas a impressão do voto em si levanta outras preocupações e brechas de segurança, que dificilmente podem ser contornadas com total eficácia.

Se retornarmos a Giddens (1991), percebemos que o problema da confiança ou desconfiança nas urnas eletrônicas está relacionado a uma característica fundamental da modernidade, que o sociólogo identifica como a confiança em sistemas peritos. Para ele, a modernidade é, em parte, um estilo de vida no qual o indivíduo se vê constantemente enredado em sistemas peritos nos quais deposita uma forma específica de confiança. Quando embarcamos em um avião, ingerimos um medicamento ou depositamos nosso voto em uma urna eletrônica, estamos a confiar na precisão de conhecimentos que não dominamos e na competência e na corretude de técnicos que não conhecemos. Há que se perceber, nesse sentido, que, no caso de uma tecnologia que sustenta todo o ordenamento político e jurídico das eleições, a confiança que a sociedade moderna deposita em sistemas peritos pode ser atacada de forma a fragilizar a democracia por parte de seus inimigos.

A controvérsia sobre as urnas eletrônicas tornou-se evidente à opinião pública no contexto das eleições de 2018, quando se consolidaram três frentes de argumentação. De acordo com Vinhas e Prates (2020), que realizaram análise do caso com base em Latour (2012), a primeira linha argumentativa era da “rede do programa” – TSE acompanhado por acadêmicos aliados e pela mídia tradicional –, que, em defesa das urnas eletrônicas, argumentava pela estabilidade democrática proporcionada pelo aparelho, pelas medidas de segurança e auditabilidade coordenadas pela Corte Eleitoral e pelo fato de que nunca foram identificadas fraudes. Outras duas, que compunham a “rede antiprograma” — cientistas da computação críticos, em especial Diego Aranha⁹, e grupos político-partidários associados à campanha de Jair Bolsonaro — lançaram mão de duas estratégias distintas:

A primeira figura na necessidade de abertura da caixa-preta da tecnociência que sustenta a confiabilidade da urna, como um caminho para o fortalecimento da confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro, apontada pelo professor Aranha. A segunda consiste na arguição político-ideológica em que grupos políticos-partidários lançam suspeitas em relação às urnas eletrônicas como

⁹ Diego de Freitas Aranha é graduado, mestre e doutor em ciência da computação. Se notabilizou publicamente por ser uma voz técnica a favor do voto impresso e por ter tensionado debates com representantes do TSE após detectar supostas vulnerabilidades nas urnas eletrônicas.



forma de questionar o resultado de escolhas democráticas potencialmente distintas das de seu interesse [...] (Vinhas; Prates, 2020, p. 33).

A última estratégia citada, ligada à ascensão da extrema direita, apoiava-se na primeira ao se apropriar dos argumentos técnicos, mas desvirtuando o princípio de busca por maior credibilidade do sistema eleitoral, na medida em que se utilizava de teorias conspiratórias associadas a interesses antidemocráticos. No caso em questão, a teoria conspiratória sobre fraude nas urnas eletrônicas acusa o TSE de agir em segredo, manipulando as eleições para favorecer candidatos do Partido dos Trabalhadores (PT) ou do dito *establishment*. Há discordâncias sobre os procedimentos para garantir a segurança da urna e a integridade das eleições, mas as autoridades epistemológicas — tanto da rede do programa como seus críticos da comunidade científica — concordam que não há provas ou indícios convincentes de qualquer tipo de fraude.

Narrativas sobre fraude eleitoral foram comuns na história do Brasil (Nicolau, 2012). No entanto, a crescente digitalização da esfera pública e o acesso de cada vez mais pessoas à possibilidade de replicar mensagens e retroalimentar boatos (Rosa; Bianco, 2022), em um contexto de crise da democracia brasileira (Avritzer, 2019), colocam o problema em um novo patamar. O que Vinhas e Prates (2020) já percebiam nas eleições de 2018 foi notado como um contínuo ao longo dos anos seguintes por Rosa e Bianco (2022). Segundo as autoras, os boatos sobre fraude eleitoral on-line funcionam como um mito que se retroalimenta. Nas palavras das autoras:

Os argumentos tornam-se inquebráveis porque recorrem a elementos simbólicos que duram no tempo. A repetição, característica do mito, revela uma espécie de inscrição na circulação em *looping*, o que inclusive nos impede de determinar a que situação histórica estamos nos reportando. Significa dizer que aquilo que percebemos sobre a ideia de fraude eleitoral, o tensionamento das urnas, a disputa sobre o voto auditável, a suspeita sobre o segredo e o invisível aos olhos, as sombras, revela muito sobre como a midiatização da política se articula com a força de pregnância do mito e das imagens arquetípicas que o conformam (Rosa; Bianco, 2022, p. 367).

A partir desse panorama, podem-se depreender dois pontos. Em primeiro lugar, o artefato urna eletrônica, por mais que tenha tido efeitos evidentemente positivos sobre a democracia e forte aceitação popular durante mais de uma década, sempre foi alvo de discordâncias entre políticos e técnicos, o que evidencia a existência de um debate que se deu em tempos de normalidade democrática e que tinha como horizonte a melhoria do sistema



eleitoral. Em segundo lugar, percebe-se que a confiança em sistemas peritos (Giddens, 1991), tal como o sistema eletrônico de votação brasileiro, pode ser fragilizada por narrativas conspiratórias, boatos e mentiras que ganham força em uma esfera pública digitalizada e que apontam rumo a um regime de pós-verdade (Harsin, 2015; Vinhas; Prates, 2020; Cesarino, 2021; Rosa; Bianco, 2022).

No caso em análise, percebe-se que uma nova formação discursiva surgiu em ressonância com a candidatura de Bolsonaro e se apropriou dos argumentos técnicos de crítica às urnas eletrônicas para construir uma teoria conspiratória que acusa o TSE de manipular as eleições em favor do dito *establishment* e da esquerda. Dado que a urna eletrônica se tornou um símbolo da consolidação democrática no Brasil, atacá-la com insinuações conspiratórias acaba sendo uma forma de ferir a própria democracia. O documentário da produtora Brasil Paralelo serve como um objeto frutífero para análise, pois elabora em detalhes a teoria conspiratória que disputa enquadramentos, até pouco tempo, bem estabelecidos sobre as urnas eletrônicas brasileiras.

A fabricação de narrativas paralelas

A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A é uma empresa brasileira fundada em Porto Alegre, no ano de 2016, por Filipe Valerim, Lucas Ferrugem e Henrique Viana. Dedicada inicialmente à produção de vídeos documentários para o YouTube, atualmente conta com uma plataforma de streaming própria, venda de cursos, produção de e-books, dentre outros produtos. Ao se apresentar em seu site oficial, anuncia uma missão: “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”. Também pretende “ser o ecossistema de maior influência cultural no Brasil”. De acordo com números próprios, já conta com mais de 400 mil membros assinantes e 3,6 milhões de inscritos no YouTube¹⁰. Além disso, registrou, em 2022, um faturamento de R\$ 150 milhões (Amorim, 2023). Embora a produtora se apresente como uma fonte imparcial e confiável de notícias e informações, ela possui um viés claramente conservador que apela para o revisionismo histórico e narrativas conspiratórias.

¹⁰ Ver: <https://www.brasilparalelo.com.br/o-que-e-a-brasil-paralelo>.



A Brasil Paralelo surge em meio à crise da democracia no país, e seu crescimento ocorreu a galope junto à ascensão da extrema direita. A dimensão que rapidamente alcançou explica-se não apenas por sua capacidade de produzir documentários e vídeos diversos, com uma considerável qualidade de edição, em meio à onda conservadora, mas também por seus gastos com publicidade. Entre 4 de agosto de 2020 e 30 de janeiro de 2023, a Brasil Paralelo foi a maior anunciante na categoria “temas sociais, eleições ou política” nas plataformas da Meta, somando um investimento de R\$ 16,3 milhões em 48.843 anúncios. Também há um enorme investimento econômico e estratégico da Brasil Paralelo com a Google, estando entre os principais anunciantes do YouTube e recorrentemente figurando no topo das buscas para temas variados (Granjeia; Almeida, 2023). Com uma atuação de marketing digital sólida, a Brasil Paralelo firma-se como a organização midiática de cunho político com maior alcance e impacto digital da contemporaneidade no Brasil.

De acordo com Felinto (2023), para além do conteúdo ideológico dos documentários da Brasil Paralelo, deve-se dar atenção à “atmosfera conspiratória” produzida a partir da escolha das trilhas sonoras e efeitos de imagem que passam a compor o imaginário conservador na atualidade e provocam uma sensação de permanente suspeita. O autor analisa isso a partir da trilogia sobre educação no Brasil, nomeada “Pátria Educadora”, que denuncia uma suposta doutrinação de esquerda por meio das escolas. O caráter reacionário e conspiratório, aliado a interpretações revisionistas da história e dissonantes dos consensos científicos, também se faz presente em outras produções já analisadas, tais como: *1964: O Brasil entre armas e livros*, sobre o golpe militar (Rodrigues, 2022); “*7 denúncias: as consequências do caso Covid-19*”, sobre a pandemia do coronavírus (Gruner; Cleto, 2021); *Brasil: A Última Cruzada*, sobre a história do Brasil narrada da perspectiva colonizadora, branca, europeia e cristã (Moraes; Cleto, 2021); *Cortina de Fumaça*, sobre negacionismo ambiental e imaginário colonial (Santos *et al.*, 2024); dentre outros. Tal como o próprio nome da empresa sugere, há como cerne argumentativo de todas as suas produções a apresentação e defesa de perspectivas paralelas àquelas apresentadas pelas autoridades epistemológicas. Como já vimos, é típico das teorias conspiratórias a estrutura narrativa que tem como fundamento a construção de inimigos poderosos que supostamente determinam os movimentos da história em detrimento do bem comum, assim como a constante denúncia e tensionamento com autoridades epistemológicas e os conhecimentos produzidos por elas (Uscinski, 2020; Aggio, 2021).

O *Dossiê Urnas Eletrônicas* não foge à regra. Esse documentário curto, com duração de pouco mais de 30 minutos, também mobiliza afetos e enunciados de modo a produzir uma



atmosfera conspiratória (Felinto, 2023). Publicado às vésperas do segundo turno da eleição que deu a vitória a Jair Bolsonaro, a peça de comunicação tem uma estrutura narrativa que, de início, levanta suspeitas sobre a vitória de Dilma Rousseff em 2014, apropria-se de recortes de falas de determinados técnicos críticos às urnas e busca relacionar o sistema eletrônico de votação a uma suposta estratégia autoritária para a esquerda se manter no poder. O vídeo passa então a narrar a corrida eleitoral de 2018, com destaque para a figura de Jair Bolsonaro e o atentado a faca sofrido pelo então candidato. Ao final, sugere a existência de fraudes no primeiro turno das eleições, lançando mão de falas de eleitores, supostos especialistas e, inclusive, Olavo de Carvalho. O documentário demonstra, de maneira geral, o alinhamento discursivo e ideológico da produtora Brasil Paralelo com o bolsonarismo em ascensão, com o sistema de crenças fundado por Olavo de Carvalho (Rocha, 2023) e, portanto, com uma tradição autoritária e conspiratória do pensamento político brasileiro.

A análise de enquadramento

Pretende-se, neste artigo, realizar uma análise de enquadramento do documentário *Dossiê Urnas Eletrônicas* para refletir sobre o modo como a produtora Brasil Paralelo disputa dois *frames* comuns à temática das urnas eletrônicas: o de (in)confiabilidade técnica e o de (anti)democracia. A ideia de *frame*, ou enquadramento, é mobilizada neste artigo de modo a evidenciar como se formam quadros de sentido que influenciam as interações sociais e o envolvimento subjetivo dos indivíduos com determinados acontecimentos (Mendonça; Simões, 2012). O enquadramento permite, portanto, compreender o que se passa em determinada situação ou como uma narrativa se relaciona a determinado contexto.

De acordo com Entman (1993), o conceito de enquadramento é recorrentemente criticado por uma suposta falta de rigor metodológico ou por não pertencer a um campo de conhecimento estabelecido. No entanto, sua potencialidade pode estar justamente na capacidade de agregar múltiplas disciplinas e formas de conhecimento em uma análise qualitativa que tem por objetivo explorar a força que um texto ou outras peças de comunicação exercem sobre as consciências.

Enquadramentos envolvem, essencialmente, processos de seleção, saliência e omissão. Enquadrar é selecionar aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo. A partir da identificação dos aspectos selecionados e tornados salientes,



bem como dos omitidos, pode-se inferir a força e a intencionalidade de um argumento. Entman (1993) ainda aponta que enquadramentos: 1) definem problemas, 2) diagnosticam causas, 3) fazem julgamentos morais e 4) sugerem soluções. A análise que segue busca identificar essas dimensões discursivas.

Sobre as diferentes aplicações do conceito, Mendonça e Simões (2012) afirmam que o enquadramento tem sido operacionalizado de três formas: 1) análise de situação interativa; 2) análise de conteúdo discursivo; e 3) análise de efeito estratégico. Neste artigo, interessa-nos utilizá-lo como análise de conteúdo discursivo para destrinchar a abordagem sobre as urnas eletrônicas realizada pela Brasil Paralelo.

Nesse sentido, parte-se da compreensão de que a urna eletrônica foi majoritariamente tratada no debate público em termos de eficiência tecnológica e como peça-chave para a estabilidade democrática na Nova República, o que gerou confiança social. Dessa forma, parte-se da existência de dois *frames*: “confiabilidade técnica”, de caráter epistemológico; e “democracia”, de caráter político.

Buscou-se demonstrar, no entanto, que a Brasil Paralelo faz coro com o reacionarismo antidemocrático e as narrativas falaciosas sobre fraude eleitoral, de modo a formular uma teoria conspiratória mais elaborada, invertendo o sentido dos *frames* estabelecidos para produzir novos *frames* relacionados às urnas eletrônicas: “inconfiabilidade técnica” e “antidemocracia”. Os dois *frames* estão intimamente relacionados, na medida em que apenas um aparelho confiável pode garantir a integridade das eleições e da democracia.

A análise se dará tomando como base todo o conteúdo do documentário, de modo a identificar elementos do contexto político e do debate técnico sobre as urnas eletrônicas que foram selecionados, a forma como esses elementos ganham saliência na narrativa e os elementos importantes que foram omitidos. Acredita-se que a sistematização dos elementos de contexto presentes, salientes e ausentes na narrativa possibilite a compreensão do enquadramento dado ao tema pela Brasil Paralelo, bem como a intencionalidade do documentário. Além disso, mostraram-se de grande importância, para uma análise mais aprofundada do documentário, as contribuições de Felinto (2023) a respeito da “atmosfera conspiratória” mobilizada nos filmes da Brasil Paralelo, bem como as estratégias de reorganização cognitiva apontadas por Cesarino (2021).



(In)confiabilidade técnica

A urna eletrônica, como já dito, é um artefato cuja contribuição para a estabilização democrática é inquestionável e contava, em 2010, com 94,4% de aprovação popular (Tavares; Moreira, 2011). Ao final de 2022, após campanha de desinformação mobilizada pela extrema direita, a confiança no aparelho chegou à marca de apenas 35% de brasileiros que “confiam muito” (Valor Econômico, 2022). O declínio da confiança nas urnas e nas instituições políticas como um todo (Santos *et al.*, 2020), com suas particularidades referentes à crise brasileira, acompanha, de certo modo, a crise das democracias liberais em outros países, todas relacionadas à questão da plataformização da esfera pública e da desinformação, assim como à crise dos sistemas peritos (Cesarino, 2021). Busca-se demonstrar, nesta seção, de que modo a Brasil Paralelo enquadra a questão da confiabilidade técnica das urnas eletrônicas, entendendo-a como o *frame* de caráter epistemológico referente ao tema.

David Beer (2016), ao tratar da noção social de algoritmo, afirma que é função das ciências sociais se debruçar, para além do que determinados algoritmos são realmente capazes de realizar em termos de determinação social, sobre o que eles podem suscitar no imaginário das pessoas. A urna eletrônica pode ser compreendida como um algoritmo, na medida em que se baseia em uma linha finita de códigos com o objetivo de resolver o problema da agregação de preferências eleitorais, mas não se trata de um algoritmo que toma decisões por si só. No entanto, a opacidade inerente aos sistemas peritos (Giddens, 1991) pode ser trabalhada discursivamente de diversas formas. No presente caso, percebe-se o sequestro de discursos provenientes de atores críticos que se engajaram em um debate técnico e científico com vistas à melhoria do sistema eleitoral, para incitar medos e ansiedades em relação ao corrompimento da democracia, contribuindo para a formação de um imaginário conspiratório.



Figura 1 – Enquadramento da urna eletrônica sob suspeita



Fonte: Brasil Paralelo, captura de tela.

A Figura 1, acima, aparece logo nos primeiros minutos do filme e é exemplar para constatar a criação de uma “atmosfera conspiratória” (Felinto, 2023). A urna eletrônica se encontra em destaque, no centro de uma mesa simples, em meio a um quarto escuro, com um foco de luz apenas sobre o aparelho. À medida que a imagem se aproxima, a luz pisca, e, na tela da urna eletrônica, é possível enxergar apenas códigos binários em rápido movimento sobre um fundo preto. Tudo indica um cenário de suspeita. Ao fundo, são reproduzidos trechos de áudios de telejornais anunciando a vitória de Dilma Rousseff nas eleições de 2014.

Essa atmosfera se faz presente na maneira como se narra o tema, assim como nas formas de edição do documentário. Ao longo de todo o vídeo, percebe-se, por exemplo, uma trilha sonora que remete a um clima de tensão e suspense, um tipo de música, inclusive, típico e caricato de documentários de teorias da conspiração, que sugere haver um complô a ser desvelado a cada cena. Em vários momentos, a iluminação parece estar regulada para um tom esverdeado e mais escuro que o normal, dando a impressão de que se trata de um assunto sombrio.

A introdução ao tema das urnas eletrônicas é feita a partir de recortes de falas de cientistas da computação, principalmente Diego Aranha e membros de sua equipe, participantes dos Testes Públicos de Segurança, seja em participações em audiências públicas ou em vídeos retirados das redes sociais. Os recortes são selecionados para colocar em evidência apenas as perspectivas que apontam fragilidades de segurança e auditabilidade das urnas eletrônicas, ao passo que as perspectivas favoráveis são omitidas ou apresentadas de forma inconsistente.

Desse modo, os técnicos favoráveis ao voto eletrônico não têm seus argumentos apresentados de forma equânime, assim como as medidas de segurança e transparência implementadas pelo TSE não são mencionadas.

Tal estratégia de seleção, saliência e omissão (Entman, 1993) acaba por apresentar o debate de modo enviesado, de forma, inclusive, a deturpar e extrapolar os argumentos dos próprios técnicos. O posicionamento desses técnicos é voltado para o esforço de se pensar em formas de auditabilidade e responsividade mais eficientes e transparentes, ainda que houvesse tensionamento com o TSE. No entanto, no documentário, eles são enquadrados dentro de um cenário de desconfiança e deslegitimização das eleições realizadas no Brasil¹¹, operando um sequestro da crítica técnica.

Há, portanto, o emprego de linguagem tecnocientífica como forma de legitimar o argumento, como também fica evidente no foco dado à “Operação Antifraude”, outra ação da Brasil Paralelo durante as eleições de 2018, que ganha destaque no documentário (Mota; Couto; Rocha, 2018). Um homem chamado Hugo César Hoeschl fala em tom compenetrado sobre um estudo a ser realizado juntamente à apuração dos votos pelo TSE. Ele discursa olhando fixamente para a câmera e tem como pano de fundo uma sala escura com uma série de computadores ligados. Anuncia que dados do TSE serão submetidos à análise estatística baseada na Lei de Benford, utilizada para detecção de fraudes, e que, poucos dias após o primeiro turno das eleições de 2018, o resultado do estudo será publicado. Afirma que o mesmo estudo já foi realizado em relação à eleição presidencial de 2014 e que o resultado indicou a probabilidade de 73,14% de que os dados tenham sido manipulados. Hoeschl termina a mensagem chamando os ouvintes à ação: “a publicação será encaminhada para a comunidade científica internacional e será divulgada para o povo brasileiro. O Brasil precisa que o maior número de pessoas saiba que essa operação está acontecendo. Só assim nós vamos reduzir o risco de fraude. Sua missão é compartilhar essa mensagem”. Mais ao final do documentário, ele retorna afirmando que foi detectada uma probabilidade de 77,68% de manipulação dos dados eleitorais durante o primeiro turno de 2018¹².

¹¹ Por mais que seja defensor de métodos de impressão do voto para auditoria do *software* das urnas e das eleições como um todo, Diego Aranha é taxativo ao afirmar que não existem quaisquer evidências de fraudes nas eleições brasileiras realizadas por meio das urnas eletrônicas, desassociando-se do discurso de extrema direita sobre o aparelho, o qual, em outras ocasiões, classificou como “terrível” (Schreiber, 2021).

¹² É importante notar que, em estudo posterior publicado em periódico científico, revisado por pares e usando a mesma metodologia — a análise estatística a partir da Lei de Benford — não foram encontrados sinais de irregularidades na contabilização dos votos (Figueiredo Filho *et al.*, 2022).



Figura 2 – Hugo César Hoeschl comunicando a “Operação Antifraude” da Brasil Paralelo



Fonte: Brasil Paralelo, captura de tela.

O documentário, a partir da performatividade tecnocientífica, opera a produção de uma falsa controvérsia na medida em que se utiliza de suposto especialista que faz mau uso das credenciais científicas, ignora a literatura e o debate qualificado existente sobre o tema e tem como foco a fabricação de incertezas (Rajão *et al.*, 2022). Nesse sentido, alinha-se à terceira linha argumentativa sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas apontada por Vinhas e Prates (2020), ou seja, aquela que formula teorias conspiratórias e alega fraude para se opor a resultados eleitorais que não sejam interessantes politicamente. Nota-se, no entanto, que há uma apropriação de argumentos levantados por representantes da segunda linha argumentativa, os quais são instrumentalizados de modo a produzir desconfiança social em relação à democracia.

O *Dossiê Urnas Eletrônicas* conta ainda com vídeos de eleitores revoltados devido a problemas apresentados pelas urnas eletrônicas durante o primeiro turno. Todos reclamam da impossibilidade de votar em Jair Bolsonaro. Em toda eleição, é comum que alguns aparelhos apresentem problemas e sejam substituídos pelas autoridades competentes; além disso, em 2018, não foi registrada uma quantidade acima do normal de urnas defeituosas. O recurso aos vídeos feitos no “calor do momento” indica o uso do apelo emocional e aponta para outra estratégia de reorganização cognitiva: as experiências pessoais e os sentidos imediatos como organizadores e legitimadores de uma certa percepção da verdade (Cesarino, 2021).

Diferentes estratégias de legitimação da verdade são utilizadas de forma persuasiva em meio à promoção da desconfiança nas autoridades epistemológicas. Além disso, há o estímulo à desconfiança em relação a todo o sistema político e epistêmico, como fica explícito em uma

fala de Lucas Ferrugem: “[...] se corromperam tudo, as estatais, corromperam o Congresso, corromperam o Executivo, corromperam o Judiciário, instituições de pesquisa... que vem sendo colocada em xeque também. O que me garante que as urnas são seguras? É uma questão que está em xeque hoje na sociedade”. A Brasil Paralelo se posiciona, assim, de modo a recrudescer o sentimento antissistema que já vinha sendo gestado em meio à população brasileira (Nobre, 2022; Furlani, 2024).

Quadro 1 – Elementos do *frame* Inconfiabilidade Técnica

Seleção	Saliência	Omissão
<ul style="list-style-type: none">• Posicionamentos de técnicos favoráveis ao voto impresso.• Posicionamentos de suposto “especialista” que alega possibilidade de fraude eleitoral.	<ul style="list-style-type: none">• Destaque às críticas dos técnicos às urnas eletrônicas.• Destaque à “iminente” fraude eleitoral em 2018, anunciada pelo suposto “especialista”.	<ul style="list-style-type: none">• Argumentos técnicos favoráveis ao voto eletrônico.• Medidas de segurança e transparência do TSE.

Fonte: elaborado pelo autor.

A desconfiança em relação às urnas eletrônicas, nesse sentido, é produzida a partir de um enquadramento específico, no qual se opta pela seleção de posicionamentos contrários ao aparelho, os quais são apresentados com maior saliência. Por outro lado, omitem-se argumentos favoráveis amplamente corroborados pela literatura técnica e científica, referentes à estabilização democrática gerada pelas urnas eletrônicas. Do mesmo modo, não se mencionam as atualizações, tanto do artefato quanto das políticas de transparência e segurança promovidas pelo TSE. Embora sob um verniz de tecnicidade, o que se desenha é uma teoria conspiratória que visa ao enfraquecimento do ordenamento eleitoral brasileiro. O debate ainda é apresentado de forma politicamente posicionada, alinhando-se a uma compreensão peculiar e deturpada sobre democracia, a qual será analisada a seguir.

(Anti)democracia

“Democracia” é um termo em constante disputa, que faz referência não apenas às suas diferentes correntes teóricas, como a elitista, a participacionista ou a deliberacionista, mas que



também é utilizado em embates políticos do cotidiano e, inclusive, instrumentalizado por quem visa à sua subtração. É comum, por exemplo, que golpes militares sejam decretados “em nome da democracia” (Bermeo, 2016) ou que populistas autoritários reivindiquem para si os valores democráticos de soberania popular para contrariar o sistema de pesos e contrapesos e acumular poder (Weyland, 2017). Desse modo, o conceito de democracia varia de acordo com o contexto, bem como com quem o enuncia.

Analisando como a Brasil Paralelo aborda o tema da democracia, percebe-se uma ressonância entre o conspiracionismo da empresa e o populismo de Bolsonaro, à época em ascensão e prestes a ocupar o Executivo Federal. Essa relação se faz notar, em primeiro lugar, pelo modo como se constrói discursivamente a imagem de amigos e inimigos. A narrativa conspiratória, assim como a populista, estabelece barreiras claras entre amigos e inimigos, povo vitimizado e elite corrupta, pureza e perigo, “nós” e “eles” (Cesarino, 2022). Há críticas veementes e acusações diretas contra o PT e o TSE, passando a ideia de que ambos seriam representantes do *establishment*, bem como artimanhas em torno da apresentação de cada tipo de argumento, que acabam por delimitar o falso e o verdadeiro, o confiável e o não confiável.

Pode-se perceber, também, o recurso narrativo dos elos causais ocultos, que são, por vezes, apenas sugeridos, não necessariamente afirmados. É comum que, durante o documentário, diferentes assuntos sejam concatenados sem explicitação da relação entre eles, de modo que tal relação é sugerida apenas pela presença desses elementos. Essa estratégia narrativa é utilizada já na primeira fala de Filipe Valerim, que narra o documentário como uma voz em *off*:

O mesmo partido no governo no Brasil há quase duas décadas. 70.000 homicídios por ano, os maiores escândalos de corrupção do planeta e os piores lugares nos índices de educação. O Brasil começou a desconfiar. Todos os votos brasileiros são feitos pelo coletor DRE, e o Brasil é o único país do mundo com sistema 100% eletrônico e sem nenhuma confirmação de voto impresso (Brasil Paralelo, 2018).

Apresenta-se uma série de correlações imprecisas entre o PT e determinados problemas sociais, adjetivados de forma exagerada, além de sugerir um elo causal entre a implementação do sistema eletrônico de votação e as sucessivas vitórias do PT para o Poder Executivo Federal. Não se apresentam comprovações de nada disso, mas a forma como a narrativa é construída induz à aceitação de tal entendimento. É interessante notar também que tanto o *impeachment* de Dilma Rousseff quanto a prisão de Lula da Silva são omitidos do documentário, fatos que,



certamente, enfraqueceriam a teoria de que o PT integra um suposto establishment que mantém um simulacro de democracia.

Elos causais ocultos, como já dito, são apontados por Letícia Cesarino (2021) como uma forma de reorganização cognitiva do regime de pós-verdade emergente e são fundamentais para a elaboração de teorias conspiratórias. Além disso, há que se compreender que a implicação de causalidade para determinados problemas significa a atribuição de responsabilidade. Nesse sentido, os elos causais ocultos estão relacionados à construção discursiva dos inimigos, neste caso, o TSE e o PT.

Em trecho posterior, é reproduzida a fala de um parlamentar favorável às urnas eletrônicas. O recorte selecionado demonstra uma fala errante, em que o parlamentar gagueja e se pronuncia de forma descontinuada. Logo em seguida, é apresentada uma fala de Eduardo Bolsonaro, no púlpito da Câmara dos Deputados, defendendo o voto impresso de maneira firme, dando ênfase a uma explicação procedural sobre o funcionamento da impressão do voto, com o intuito de “desmistificar” tal método de votar. Enquanto as falas de técnicos críticos às urnas e de políticos de extrema direita são enquadradas de forma positiva, como se revelassem verdades e lutassem por justiça, as falas em defesa do voto eletrônico são cuidadosamente selecionadas de modo a passar a percepção de insegurança, enganação e constrangimento.

Já em outro momento, narra-se o início do período eleitoral de 2018 e dá-se destaque ao atentado a faca contra Jair Bolsonaro. A menção e a centralidade dada ao atentado reforçam narrativas conspiratórias propagadas pela extrema direita à época e consolidam a imagem de Bolsonaro como um candidato perseguido e “antissistema”¹³. A narrativa sobre a facada em Bolsonaro serve para que, em seguida, reproduza-se um vídeo do mesmo, gravado da cama do hospital, no qual ele fala com voz lenta, demonstrando sofrimento.

Em 2015 aproveitei um projeto em andamento na Câmara e emendei o [...] conseguimos o voto impresso, que era a única garantia que nós teríamos, em 2018 [...] dizer que quem votou no João, vai contar pro João. Quem votou na Ana, ou na Maria, vai pra Maria. Dilma Rousseff vetou nosso projeto. Vetou nosso projeto. Nós derrubamos o veto. Não podemos deixar de esquecer [sic] que em 2014, em Quito [...] Eu não vi isso na imprensa brasileira, pode ser que tenha sido publicado algum outro jornal por aí. Dilma Rousseff, em Quito, entre outras medidas [...] Decidiu criar uma unidade técnica eleitoral sul-americana. O PT descobriu [...] o caminho para o poder: o voto eletrônico (Jair Bolsonaro, 2018).

¹³ Como se sabe, a investigação sobre o atentado contra Jair Bolsonaro já foi encerrada, concluindo-se que o autor, Adélio Bispo, agiu sozinho. Ver: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-06/adelio-foi-o-unico-responsavel-por-facada-bolsonaro-conclui-pf>. Acesso em: 15 set. 2024.



Figura 3 – Vídeo de Bolsonaro no hospital, após facada, atacando as urnas eletrônicas



Fonte: Brasil Paralelo, captura de tela.

As teorias conspiratórias de Bolsonaro sobre o atentado e as urnas são, portanto, endossadas pela Brasil Paralelo. O contexto da gravação, em uma situação de fragilidade, tem efeitos de legitimação pela mobilização de afetos, como compaixão e empatia. Em outros momentos, ao narrar a evolução das pesquisas de intenção de voto, dá-se destaque ao favoritismo de Bolsonaro e ao seu crescimento ao longo dos meses. Além disso, a publicação do documentário, às vésperas do segundo turno das eleições, indica a intenção de produzir ansiedades que seriam úteis ao bolsonarismo em caso de derrota.

Chama atenção, a esse respeito, uma omissão flagrante: por mais que Bolsonaro e aliados sejam presença constante durante o documentário, não há qualquer menção ao fato de o mesmo ser apologistas da ditadura militar. Esse breve documentário da Brasil Paralelo indica a proximidade ideológica da empresa com o bolsonarismo, mesmo que a empresa se diga imparcial. O modo como se estabelece o campo dos amigos e dos inimigos, que ocorre pela mobilização de afetos e pelos jogos de seleção e omissão, indica um viés na narrativa que, supostamente, se pretende neutra e desinteressada. Além disso, o documentário surge como evidência do alinhamento da empresa com as tentativas de desestabilizar a confiança cidadã na democracia.

A construção narrativa dos amigos e inimigos ao longo do documentário se relaciona, ainda, com a torção e a inversão do conceito de democracia. Democracia, quando tomada em seu sentido minimalista (Przeworski, 1999), refere-se exclusivamente à capacidade do sistema

político de realizar eleições e legitimar vencedores. A partir da produção de desconfiança sobre a contagem dos votos, coloca-se em xeque a legitimidade do principal pilar do sistema democrático. Tais atores, que em consonância com o autoritarismo de um movimento político que tem a ditadura militar como referência positiva afirmam que as eleições são fraudadas pela própria Justiça Eleitoral, colocam-se na posição de supostos “democratas” que denunciam o atual sistema democrático como uma farsa. E, como bem colocado por Marcos Nobre: “para Bolsonaro, a redemocratização é responsável por todos os males do país. Quem conseguir entender a expressão ‘a democracia da ditadura era a verdadeira democracia’ conseguirá entender Bolsonaro” (Nobre, 2022, p. 20-21).

Ao final do documentário, o narrador afirma que “não há melhor auditor do que o próprio eleitor”. A dita necessidade de implementação do voto impresso é tratada como uma oportunidade para se dar maior espaço à participação popular no processo eleitoral. A narrativa, típica dos populismos autoritários, apoia-se em visões simplistas a respeito da participação cidadã para colocar o princípio da soberania popular acima da constitucionalidade e das competências institucionais. A soberania popular, no caso do populismo, é transferida a um líder personalista e utilizada como forma de tensionar o sistema de freios e contrapesos, de modo a desempoderar a cidadania (Weyland, 2017). A crítica conspiratória às urnas eletrônicas parece ter relação com esse sentido deturpado de democracia.

Quadro 2 – Elementos do frame Antidemocracia

Seleção	Saliência	Omissão
<ul style="list-style-type: none"> Posicionamentos de Bolsonaro e aliados. Posicionamentos de políticos defensores da urna eletrônica. Posicionamento da Brasil Paralelo com promoção de desconfiança. 	<ul style="list-style-type: none"> Destaque a falas de Bolsonaro e aliados que transparecem segurança e vitimização. Destaque à inconsistência das falas de políticos defensores das urnas eletrônicas. Críticas aos governos do PT, à esquerda e ao <i>establishment</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Posicionamentos autoritários de Jair Bolsonaro. <i>Impeachment</i> de Dilma Rousseff. Prisão de Lula da Silva.

Fonte: elaborado pelo autor.

Como pode-se perceber através do Quadro 2, acima, a narrativa conspiratória apresentada pela Brasil Paralelo, no que diz respeito aos elementos e personagens do contexto



político, se alinha ao bolsonarismo. Não apenas apresenta Bolsonaro e aliados de forma positiva, por meio de falas que são endossadas pelo documentário, como busca produzir empatia em relação à sua figura. Soma-se a isso o fato de que os próprios fundadores da Brasil Paralelo aparecem tecendo opiniões críticas às instituições democráticas e aos governos do PT. Em contraste, foram selecionadas e recortadas falas específicas de autoridades públicas defensoras do voto eletrônico que demonstram inconsistência, constrangimento ou mistério.

As omissões também são significativas. Não foi mencionada qualquer relação do bolsonarismo com o autoritarismo da ditadura militar, bem como não foram mencionados eventos definidores do contexto político vivenciado em 2018, tais como o *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão de Lula. Tais omissões parecem ser estratégicas, pois, caso fossem mencionadas, entrariam em contradição com o argumento do documentário.

Por fim, cabe resumir o modo como a Brasil Paralelo elabora a narrativa conspiratória nos termos propostos por Entman (1993), a saber: problema, causa, julgamento moral e solução. No início do documentário, é possível verificar que se apresenta um problema: as consecutivas vitórias presidenciais do PT, as quais supostamente ocorreram devido à manipulação do jogo democrático por parte do TSE. Apresenta-se também uma causa para esse problema, ao sugerir que a urna eletrônica não passa de uma tecnologia eleitoral que possibilita fraudar eleições sem produzir provas. Faz-se suposições e julgamentos de ordem moral a respeito das intenções políticas de lideranças progressistas e representantes da Justiça Eleitoral, que defendem o uso das urnas eletrônicas. E, enfim, propõe-se a adoção do voto impresso como solução, sob o argumento falacioso da participação popular.

Considerações finais

Neste artigo, buscou-se realizar uma análise de enquadramento do documentário *Dossiê Urnas Eletrônicas*, produzido pela Brasil Paralelo. Tal como outros documentários da empresa, demonstrou-se a intencionalidade em criar uma atmosfera conspiratória (Felinto, 2023) por meio de processos de seleção, saliência e omissão específicos (Entman, 1993). Argumentou-se que foi dado desmedido destaque a argumentos críticos em relação às urnas eletrônicas, inicialmente por técnicos e, depois, com destaque para Bolsonaro e aliados, ao passo que



compreensões favoráveis acerca do sistema eletrônico de votação foram omitidas ou abordadas de forma desigual. Elementos importantes do contexto político também foram omitidos de modo a reforçar a narrativa de fraude eleitoral. Além disso, foram identificadas estratégias de reorganização cognitiva próprias do regime de pós-verdade em ascensão, a saber: o apelo a experiências pessoais e sentidos imediatos, elos causais ocultos e o estabelecimento de fronteira entre amigos e inimigos (Cesarino, 2021). Desse modo, constata-se que a fabricação deliberada de teorias conspiratórias e de falsas controvérsias científicas compôs o cenário de pós-verdade e degradação da democracia no Brasil.

Tem-se a intenção, ao aplicar a metodologia de análise de enquadramento para a compreensão de narrativas conspiratórias contemporâneas, de evidenciar o que há de intencionalmente político no que, muitas vezes, é tratado apenas como um problema de desinformação. Tal análise é essencialmente qualitativa e interpretativa, de modo que se buscou conferir robustez por meio da mobilização de uma ampla literatura que abarca áreas do conhecimento como comunicação, ciência política, ciência da computação e estudos de ciência, tecnologia e sociedade. Como propõe Entman (1993), a força da análise de enquadramento está justamente na capacidade de agregar contribuições de diferentes áreas para se compreender o texto em relação ao seu contexto. No entanto, os resultados são, obviamente, limitados e passíveis de contestação e debate.

Por fim, argumenta-se pela importância da análise criteriosa e crítica de conteúdos conspiratórios e desinformativos, de modo a revelar suas estratégias comunicativas e os mecanismos que os tornam atraentes em meio à opinião pública. Acredita-se ainda que a recuperação e a análise de uma produção audiovisual da Brasil Paralelo, mesmo que não esteja disponível on-line, têm valor para a compreensão histórica da crise democrática. Além disso, alertam para possíveis ressurgimentos e reinvenções dessa teoria conspiratória em momentos futuros.



REFERÊNCIAS

- AGGIO, C. Teorias conspiratórias, verdade e democracia. **Sociedade da desinformação e infodemia**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. (Olhares Transversais; v. 1).
- AMORIM, L. Com 500 mil assinantes, Brasil Paralelo quer evitar polêmicas e sonha ser "a Disney brasileira". **Exame**, 17 fev. 2023. Disponível em: <https://exame.com/negocios/com-500-mil-assinantes-brasil-paralelo-quer-evitar-polemicas-e-sonha-ser-a-disney-brasileira/> Acesso em: 13 set. 2024.
- ARANHA, D. F; BARBOSA, P; CARDOSO, T. N. C; LÜDERS, C; MATIAS, P. Execução de código arbitrário na urna eletrônica brasileira. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS (SBSEG), 18., 2018, Natal. **Anais** [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2018. p. 57-70. DOI: 10.5753/sbseg.2018.4243. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbseg/article/view/4243>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- ARANHA, D; KARAM, M; MIRANDA, A; SCAREL, F. **Vulnerabilidades no software da urna eletrônica**. Relatório: versão 1.0.1. Departamento de Ciência da Computação – Universidade de Brasília (CIC/UnB), 2013.
- AVRITZER, L. **O pêndulo da democracia**. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2019.
- BEER, D. The social power of algorithms. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 1, 1-13, 2016. DOI: 10.1080/1369118X.2016.1216147. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1369118X.2016.1216147#abstract>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- BENKLER, Y; FARRIS, R; ROBERTS, H. **Network Propaganda**: Manipulation, Disinformation and Radicalization in American Politics. Oxford: Oxford University Press, 2018. DOI: 10.1093/oso/9780190923624.001.0001. Disponível em: <https://academic.oup.com/book/26406>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BERMEO, N. On democratic backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 2-19, 2016. Disponível em: <https://www.journalofdemocracy.org/articles/on-democratic-backsliding/>. Acesso em: 8 dez. 2022.
- CARVALHO, V. O protagonismo da urna eletrônica no processo de combate à fraude eleitoral. **25 anos da urna eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições**. Salvador: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021.
- CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. DOI: 10.5007/2175-8034.2021.e75630. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 14 mai. 2023.
- CESARINO, L. **O mundo do avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu, 2022.



- COHEN, S. **Folk devils and moral panics**: the creation of the Mods and Rockers. Estados Unidos; Canadá: Taylor & Francis, 2011.
- DELEUZE, G. **Post-Scriptum sobre as Sociedades de Controle**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.
- DOURADO, T. **Fake news na eleição presidencial de 2018 no Brasil**. 2020. Tese (Doutorado Comunicação e Cultura Contemporâneas) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31967>; Acesso em: 03 set. 2023.
- EMPOLI, G. Da. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.
- ENTMAN, R. Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, 1993. DOI: 10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x. Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/article-abstract/43/4/51/4160153?redirectedFrom=fulltext&login=false>. Acesso em: 23 set. 2020.
- FELINTO, E. “Nenhum Brasil existe”: atmosferas conspiratórias e cosmovisão reacionária nos documentários da Brasil Paralelo. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [S. l.], v. 50, p. 1–13, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-7114.sig.2023.208380. Disponível em: <https://revistas.usp.br/significacao/article/view/208380>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- FERRÃO, I. G.; CHERVINSKI, J. O.; DA SILVA, S. A.; KREUTZ, D.; IMMICH, R.; KEPLER, F.; RIGHI, R. da R. Urnas Eletrônicas no Brasil: linha do tempo, evolução e falhas e desafios de segurança. **Revista Brasileira de Computação Aplicada**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 1-12, 2019. DOI: 10.5335/rbca.v11i2.9056. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbca/article/view/9056>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- FIGUEIREDO FILHO, D; SILVA, L; CARVALHO, E. The forensics of fraud: Evidence from the 2018 Brazilian presidential election. **Forensic Science International: Synergy**, v. 5, 2022. DOI: 10.1016/j.fsisyn.2022.100286. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2589871X22000717>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- FURLANI, A. **Crise da democracia e urnas eletrônicas**: uma análise de discurso das lives de Jair Bolsonaro. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/79593>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- GASTALDI, H; ROSENDO, R. Urna electrónica en Brasil: cambios en el proceso electoral y el comportamiento de los votantes. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, [S. l.], v. 2, p. 73-107, 2012. DOI: 10.14201/rlop.22274. Disponível em: <https://revistas.usal.es/cuatro/index.php/1852-9003/article/view/rlop.22274>. Acesso em: 20 aug. 2025.



GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Flickr. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GRAAF, J; V. DE. **O mito da urna**: desvendando a (in)segurança da urna eletrônica. 1. ed. 2017.

GRAAF, J; V. DE; CUSTÓDIO, R. **Tecnologia Eleitoral e a Urna Eletrônica**: Relatório SBC 2002. [S.I.]: Sociedade Brasileira de Computação, 2002.

GRANJEIA, J.; ALMEIDA, R. Por dentro da máquina do Brasil Paralelo para dominar as buscas no Google. **Núcleo Jornalismo**, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://nucleo.jor.br/especiais/2023-01-31-a-maquina-do-brasil-paralelo>. Acesso em: 13 set. 2024.

HARSIN, J. **Post-truth and critical communication studies**. Oxford: Oxford University Press, 2018. DOI: 10.1093/acrefore/9780190228613.013.757. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/display/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-757>. Acesso em: 14 mai. 2023.

HARSIN, J. Regimes of posttruth, postpolitics, and attention economies. **Communication, Culture & Critique**, v. 8, 327-333, 2015. DOI: 10.1111/cccr.12097. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/cccr.12097>. Acesso em: 18 jan. 2023.

HIMANEN, P; TORVALDS, L. **A ética dos hackers e o espírito da era da informação**. [S.I.]: Editora Campus, 2001.

MACHADO, R; OLIVEIRA, F (2021). Idas e vindas do voto impresso. **25 anos da urna eletrônica: tecnologia e integridade nas eleições** / Frederico Franco Alvim, Jaime Barreiros Neto, Marta Cristina Jesus Santiago (coords.). — Salvador: Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, 2021.

MARCACINI, A. T. R.; BARRETO JUNIOR, I. F. Aspectos jurídicos, políticos e técnicos sobre sistemas eletrônicos de votação e a urna eletrônica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 118, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/696>. Acesso em: 09 mar. 2023.

MENDONÇA, R; AGGIO, C. As metamorfoses da esfera pública ou a nova mudança estrutural. In: MENDONÇA, R. F.; SARMENTO, R. **Crises da democracia e esfera pública: debates contemporâneos**. Belo Horizonte: Incipit, 2023.

MENDONÇA, R; BERNARDES, C. Crise epistêmica e democracia: amadores e especialistas. In: TATAGIBA, L. et al. **Participação e ativismos**: entre retrocessos e resistências. Porto Alegre: Editora Zouk, 2022.

MENDONÇA, R; FREITAS, V; AGGIO, C; SANTOS, N. Fake news e o repertório contemporâneo de ação política. **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, e20200213, 2023. DOI: 10.1590/dados.2023.66.2.301. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M47Czv8v8HzwQ6DKjBqJvjqg>. Acesso em: 10 fev. 2024.



- MENDONÇA, R; SIMÕES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 79, 2012. DOI: 10.1590/S0102-69092012000200012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbc soc/a/ptZ9Qp9Qn7n7PdZDJZZXv3L>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- MOTA, M.; COUTO, M.; ROCHA, G. Mensagens com conteúdo #FAKE sobre fraude em urnas eletrônicas se espalham nas redes. **O Globo**, 6 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/fato-ou-fake/mensagens-com-conteudo-fake-sobre-fraude-em-urnas-eletronicas-se-espalham-nas-redes-23134205>. Acesso em: 13 set. 2024.
- MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- NICOLAU, J. **Eleições no Brasil**: do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- NOBRE, M. **Limites da democracia**: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2022.
- NUNES, F; TRAUMANN, T. **Biografia do abismo**: como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2023.
- ORESKES, N; CONWAY, E. **Merchants of Doubt**: How a Handful of Scientists Obscured the Truth on Issues from Tobacco Smoke to Global Warming. Bloomsbury Publishing. New York: Bloomsbury Press, 2010. v. 102, n. 3.
- PIAIA, V. R. **Comunicação política e construção da realidade**: o WhatsApp nas eleições presidenciais de 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2021. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/17481>. Acesso em: 04 ago. 2022.
- PRZEWORSKI, A. Minimalist Conception of Democracy: A Defense. In: SHAPIRO, I.; HACKER-CORDON, C. **Democracy's Value**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- RAJÃO, R; NOBRE, A; CUNHA, E; DUARTE, T; MARCOLINO, C; SOARES FILHO, B; SPAROVEKD, G; RODRIGUES, R; VALERA, C; BUSTAMANTE, M; NOBRE, C; LIMA, L. O risco das falsas controvérsias científicas para as políticas ambientais brasileiras. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 1, 2022. DOI: 10.26512/S&E.v37i1.44658. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/44658>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- RIBEIRO, M. H.; OTTONI, R.; WEST, R.; ALMEIDA, V. A. F.; MEIRA, W. Auditing radicalization pathways on YouTube. **Proceedings of the 2020 Conference on Fairness, Accountability, and Transparency**. New York: Association for Computing Machinery, 2020. DOI: 10.1145/3351095.3372879. DOI: 10.1145/3351095.337287. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/3351095.3372879>. Acesso em: 12 mai. 2022.



ROCHA, J. C. C. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

ROSA, A. P.; BIANCO, E. C. V. Mito do complô: embates de sentido na circulação de boatos sobre fraude eleitoral. **Esferas**, v. 1, n. 24, p. 351-369, 2022. DOI: 10.31501/esf.v1i24.13817. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/13817>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RUEDIGER, M. A.; GRASSI, A.; DOURADO, T.; CALIL, L.; PIAIA, V.; ALMEIDA, S.; CARVALHO, D. **Desinformação on-line e eleições no Brasil: a circulação de links sobre desconfiança no sistema eleitoral brasileiro no Facebook e no YouTube (2014–2020)**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2020.

RUNCIMAN, D. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SANTANO, A. C. As narrativas e as necessidades: o sistema eletrônico de votação brasileiro a partir de uma análise de política pública. **A&C - Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, v. 22, n. 88, p. 75–101, 2022. DOI: 10.21056/aec.v22i88.1587. Disponível em: <https://revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/1587>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SANTOS, C.; MICHELOTTI, A.; MENDONÇA, R. “Cortina de Fumaça” - Negacionismo ambiental e imaginário colonial no YouTube. **Mídia e Cotidiano**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 74–95, 2024. DOI: 10.22409/rmc.v18i1.59776. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/59776>. Acesso em: 20 jan. 2025.

SANTOS, E. R; HOFFMANN, F; DUARTE, S. A (DES)CONFIANÇA DOS BRASILEIROS NA DEMOCRACIA. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, v. 18, n. 27, p. 170–191, 2020. DOI: 10.12662/2447-6641oj.v18i27.p170-191.2020. Disponível em: <https://periodicos.unicristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/2455>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SCHREIBER, M. 'Não há evidência de fraude': Diego Aranha, professor defensor do voto impresso, rebate discurso bolsonarista. **BBC News Brasil**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58152337>. Acesso em: 13 set. 2024.

SEGATA, J. LATOUR, B. Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 14, n. 1,2, p. 238–243, 2012. DOI: 10.5007/2175-8034.2012v14n1-2p238. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2012v14n1-2p238>. Acesso em: 20 ago. 2022.

SUNSTEIN, C. **#Republic**: Divided Democracy in the Age of Social Media. Princeton: Princeton University Press, 2017.

TAVARES, A.; MOREIRA, D. O voto eletrônico no Brasil. **TSE: Estudos Eleitorais**, v. 6, n. 3, 2011.



TSE. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Relatório das Eleições 2002.** Brasília: TSE, 2003. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultados-das-eleicoes-2002>. Acesso em: 21 ago. 2024.

USCINSKI, J. **Conspiracy theories: a primer.** London: The Rowman & Littlefield Publishing Group, Inc., 2020.

VALOR ECONÔMICO. Urnas dominaram fake news em 2022. **Valor Econômico**, 17 nov. 2022. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/coluna/urnas-dominaram-fake-news-em-2022.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2024.

VINHAS, O.; PRATES, C. D. Seguindo a construção de fatos e mapeando redes: urnas eletrônicas brasileiras são confiáveis?. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 9–37, 2021. DOI: 10.5902/2236672535900. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35900>. Acesso em: 20 mai. 2023.

WEYLAND, K. A political-strategic approach. In: KALTWASSER, Rovira; C., TAGGART, P.A.; ESPEJO, P.O.; OSTIGUY, P. (eds.). **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: OUP Oxford, 2017. p. 48-73. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780198803560.001.0001. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/27977>. Acesso em: 19 mai. 2020.

WINNER, L. Do artifacts have politics? **Daedalus**, v. 190, n. 1, p. 121-139, 1980.

GLOBO.COM. Pós-verdade é eleita a palavra do ano pelo Dicionário Oxford. **G1**, 15 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/pos-verdade-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-oxford.ghtml>. Acesso em: 19 mai. 2020.



CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Sou grato a todas as pesquisadoras e pesquisadores que leram versões preliminares deste trabalho e contribuíram para seu formato final. Agradeço, em primeiro lugar, a Ricardo Fabrino Mendonça e aos colegas do Margem – Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça da UFMG, pela leitura atenta e pelos comentários valiosos. Também agradeço a Natasha Bachini e a Victor Piaia, que contribuíram com comentários no SPG: *Midiatização, Plataformização e Discurso Político* da ANPOCS, em 2023. Por fim, agradeço a Marcelo Pereira, Sofia Campos e Bruno Saliba de Paula, que coordenaram comigo o GT de Ciência, Tecnologia e Sociedade do IX Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMG, em 2024, e ofereceram importantes contribuições.
 - Financiamento:** Este trabalho foi iniciado durante o mestrado em Ciência Política na UFMG, o qual foi financiado por bolsa CAPES.
 - Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesses.
 - Aprovação ética:** Respeitou. Não passou por comitê.
 - Disponibilidade de dados e material:** Não se aplica.
 - Contribuições dos autores:** Não se aplica.
-

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação
Revisão, formatação, normalização e tradução

